O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DOZE ANOS DEPOIS

SILVANDIRA SILVA SOARES

Resumo

O ensino de Língua Inglesa nas escolas públicas municipais de São Paulo é um tema relevante e desafiador. No ano de 2012, o então prefeito Gilberto Kassab, institui que o ensino de Língua Inglesa fosse implantado no Ensino Fundamental I, ou seja, do primeiro ao quinto ano. O objetivo do presente artigo é refletir sobre seus desdobramentos nas escolas e no cotidiano dos alunos. Nesta pesquisa bibliográfica exploraremos as principais características do ensino de Língua Inglesa no Ensino Fundamental I, doze anos depois de sua implementação, o contexto de ensino e as práticas atuais, os desafios enfrentados pelos educadores e os impactos no aprendizado dos alunos. Além disso, a pesquisa bibliográfica aponta as políticas públicas desenvolvidas para tal implementação e as práticas cotidianas adotadas pelos professores. Para isso, primeiro fez-se pesquisa sobre as políticas educacionais e currículos inserido nas escolas públicas municipais. Em seguida abordaremos a formação de professores de Língua Inglesa e os recursos tecnológicos disponibilizados para que o ensino de Língua Inglesa se concretize em sala de aula. Também serão analisadas as formas de avaliação e resultados do ensino e os desafios enfrentados no cotidiano escolar das escolas públicas municipais e oportunidades que podem advir do ensino de Língua Inglesa tanto para professores quanto para alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Municipal; Língua Inglesa, Ensino; Escola Pública.

ABSTRACT

Teaching the English language in municipal public schools in São Paulo is a relevant and challenging topic. In 2012, the then mayor Gilberto Kassab instituted that English language teaching be implemented in Elementary School I, that is, from the first to the fifth year. The objective of this article is to reflect on its consequences in schools and in the daily lives of students. In this bibliographical research we will explore the main characteristics of English language teaching in Elementary School I, twelve years after its implementation, the teaching context and current practices, the challenges faced by educators and the impacts on student learning. Furthermore, the bibliographical research points out the public policies developed for such implementation and the daily practices adopted by teachers. To achieve this, research was first carried out on educational policies and curricula inserted in municipal public schools. Next, we will address the training of English language teachers and the technological resources made available for English language teaching to take place in the classroom. The forms of evaluation and teaching results analyzed and the challenges faced in the daily school life of municipal public schools and opportunities that can arise from teaching the English language for both teachers and students.

KEYWORDS: Municipal Education; English Language, Teaching; Public school.

INTRODUÇÃO

No ano de 2012, o então prefeito Gilberto Kassab, por meio da Portaria 5361 de 04 de novembro de 2011, institui o ensino de Língua Inglesa no Ciclo 1 nas escolas da Rede Municipal de Ensino. A partir da portaria cursos e oficinas de formação foram oferecidos aos professores e livros didáticos de língua inglesa foram oferecidos aos alunos. Essa prática está em consonância com as diretrizes da Política Educacional fomentada pela Prefeitura do Município de São Paulo que considera:

> o entendimento da escola como local que deve favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades para a inserção do cidadão no contexto globalizado; a importância de se promover ações inovadoras no sentido de acompanhar os avanços da comunicação e da tecnologia mundiais; a possibilidade de se antecipar o contato com a língua inglesa, como instrumento de ampliação do conhecimento; a decorrente aproximação com conteúdos culturais e sociais da língua inglesa como forma de comunicação de vivências e experiências. (SÃO PAULO, 2011)

No mundo todo as crianças entram em contato com o ensino de língua inglesa nas escolas cada vez mais cedo. Contudo, de acordo com Barbosa (2017), em outros países da Europa e na América do Sul, a expansão do ensino de línguas estrangeiras, em particular do inglês, ocorreu de maneira menos organizada, ou seja, sem objetivos e referenciais teóricos claramente estabelecidos para a implementação do ensino de línguas.

Como professora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, senti na pele os desafios da introdução da Língua Inglesa no Ensino Fundamental I. De um ano para o outro, nós professores, tivemos que nos preparar para, da melhor maneira possível, proporcionar situações de ensino que atendessem à essa faixa etária e que, também, levassem em consideração o contexto territorial em que elas viviam.

Muitos professores não tinham formação em Pedagogia, para atender os anos

iniciais do Ensino fundamental I e procuraram "se formar" em serviço, pois a formação, num primeiro momento, seria apenas para professores que tivessem a jornada completa, ou seja, vinte e quatro aulas.

A partir do exposto acima, surgiu o interesse em pesquisar como estão os professores e, como as aulas funcionam doze anos depois da implantação do ensino da Língua Inglesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO DE LÍNGUA INGLESA

Nosso objetivo nessa seção não é fazer um levantamento histórico de todas as diretrizes que envolvem o ensino de língua inglesa, mas apenas aquelas que influenciam diretamente no seu ensino nas escolas públicas municipais, foco do presente trabalho. De acordo com o estudo realizado pelo British Council (2015) temos:

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos em todas as etapas da educação básica. Para o ensino de inglês, a BNCC define competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo dos anos escolares.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a lei que regulamenta o sistema educacional brasileiro. Ela estabelece que o ensino de uma língua estrangeira, preferencialmente o inglês, é obrigatório a partir do Ensino Fundamental II. No caso da escola municipais de São Paulo o ensino começa no Ensino Fundamental I desde 2012.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Plurilíngue: Aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), essas diretrizes orientam a implementação de programas de educação bilíngue e plurilíngue no Brasil, incluindo o ensino de inglês.

Políticas Públicas Específicas: Diversos estados e municípios brasileiros desenvolvem suas próprias políticas públicas para o ensino de inglês, adaptando as diretrizes nacionais às suas realidades locais. Essas políticas podem incluir programas de formação continuada para professores, parcerias com instituições internacionais e a utilização de tecnologias educacionais.

Além disso, Estados e Munícipios desfrutam de autonomia para desenvolver suas políticas de educação desde que sigam a BNCC e a LDB. De acordo com estudo do British Council

O fato de pertencer à parte diversificada faz com que a língua estrangeira seja menos regulamentada e muitas vezes considerada complementar dentro do currículo escolar. Esta situação confere ao inglês, quando é oferecido, um papel marginal na grade curricular, o que pode ser percebido pela carga horária menor da língua estrangeira, quando comparada à de outras disciplinas. (BRITISH COUNCIL, 2015 p.7)

Contudo, na Prefeitura do Município de São Paulo o ensino de Inglês não é apenas marginal. Desde 1989 (São Paulo, 2016) com o documento "Movimento de reorganização

Curricular" que debatia sobre educação voltada para a democracia passando pelo documento Relatos de Prática – Inglês discutindo a função dialógica e social da língua inglesa na escola; e com a publicação do Referencial de Expectativas para o desenvolvimento da Competência Leitora e Escritora no Ciclo II do Ensino Fundamental – Língua Inglesa e em 2007 a publicação das Orientações Curriculares e Proposições de Expectativas de Aprendizagem para o Ensino Fundamental – Ciclo II – Língua Estrangeira.

De acordo com o documento (São Paulo, 2016 p. 14) a Língua Inglesa é concebida como espaço de vivência de experiências com o diferente, para além da prática da "língua alvo". Sob essa ótica, a aprendizagem de Inglês constitui-se como meio de acesso, interação e

transformação social.

A Portaria nº 5361 de 04 de novembro de 2011, como já mencionamos na introdução, que institui o Programa Língua Inglesa: brincar, estudar e aprender. Com a instituição da Portaria as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino passaram a ter duas aulas semanais de Inglês a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental.

O documento Direitos de Aprendizagem (2016) afirma que a inclusão traz em seu bojo a oportunidade de trabalho integrado, uma vez que o diálogo entre os saberes profissionais de professores especialistas e de professores pedagogos é fundamental para que os objetivos educacionais previstos para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental sejam norteadores das práticas pedagógicas nesta etapa da escolarização.

Em 2015, um grupo de professores, e em parceria com assessores externos, passa a se reunir para discutir sistematicamente o lugar e o papel do Inglês como componente curricular. Dessas discussões propõe-se olhar para a história do Ensino de Inglês no Brasil e, em particular, na Rede Municipal da Cidade de São Paulo, sempre dialogando com as valiosas concepções e práticas em curso na diversidade da Rede.

Esse é o olhar da Rede Municipal de Ensino para o passado, aproveitando o que nele há de bom no que concerne ás práticas pedagógicas de seus professores e projetando o futuro ampliando as possibilidades de práticas a fim de instaurar o "nosso jeito de ensinar inglês" na Rede Municipal de São

Paulo, considerando nossas adversidades, especificidades e

potencialidades. (São Paulo, 2016 p. 17).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores na Rede Municipal de Ensino de São Paulo é estruturada para garantir a qualificação contínua e o aprimoramento das práticas pedagógicas. A formação é objeto previsto na Portaria 5361 de 04 de novembro de 2011 em seu artigo 6º informa que:

Caberá à Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Orientação Técnica DOT/SME em parceria com as Diretorias Regionais de

Educação através das Diretorias de Orientação Técnico-Pedagógica DOTP/DRE promover cursos de formação para os professores envolvidos no Programa, na forma a ser divulgada por comunicado específico a ser publicado no Diário Oficial da Cidade.

Além da formação acima mencionada, instituída para promover o ensino de Inglês no Ensino Fundamental I, temos a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) que é uma modalidade de jornada de trabalho oferecida aos professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. A JEIF tem como objetivo proporcionar uma formação contínua e integral para os docentes, permitindo que eles dediquem mais tempo ao planejamento, estudo e desenvolvimento de atividades pedagógicas.

O professor optante pela JEIF terá sua carga horária ampliada, permitindo que eles tenham mais tempo para se dedicar ao planejamento das aulas, à formação continuada e ao atendimento individualizado dos alunos.

Os professores que optam pela JEIF têm acesso a programas de formação continuada, que incluem cursos, workshops e outras atividades de desenvolvimento profissional. Isso ajuda a manter os docentes atualizados com as melhores práticas pedagógicas e as novas diretrizes educacionais.

Essa jornada também traz benefícios para os alunos, pois com mais tempo dedicado ao planejamento e à formação, os professores podem oferecer um ensino de maior qualidade, adaptado às necessidades específicas de seus alunos. Isso pode resultar em um melhor desempenho acadêmico e em um ambiente de aprendizagem mais eficaz.

Opção Anual: A adesão à JEIF é opcional e deve ser formalizada anualmente pelos professores interessados. Aqueles que optam por essa jornada devem seguir os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A Portaria 2309 de 17 de março de 2023 estabelece diretrizes para a instituição e desenvolvimento do Programa de Formação para Professores Ingressantes na Rede Municipal de Ensino. Este programa é destinado aos professores recém-aprovados em concursos públicos. Ele inclui capacitação em serviço, abrangendo ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é fortalecer a competência didático-pedagógica dos novos professores por meio de vivências práticas e teóricas1.

Por fim, temos o Comunicado SME nº 351, de 03 de abril de 2024 que comunica a Formação Rede formando Rede - Programa Aprender e Ensinar. Este programa visa a formação contínua de professores e coordenadores pedagógicos. A formação é focada nas especificidades dos componentes curriculares e nas orientações didáticas do Currículo da Cidade. O programa promove a reflexão partilhada e a qualificação constante da prática pedagógica.

Apesar da existência desses programas de formação serem um ponto positivo da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, há ressalvas. Por exemplo, no caso da JEIF, nem todos os professores podem realiza-la, já que é necessário um número de aulas que nem todos os professores conseguem ter.

Em se tratando do curso de ingressantes, por enquanto, há apenas leituras das legislações e documentos produzidos pela Rede Municipal e vídeos que devem ser assistidos. Enfim, uma formação, que não chega a tocar no ponto central para os professores ingressantes: como se formar e trabalhar numa rede de ensino com tantas minucias, diversidades e potencialidades.

No Programa Rede formando Rede, apenas um professor por disciplina pode comparecer à formação, já que há a dispensa de ponto e esse professor deve ser um multiplicador na escola. Mas o problema reside no fato de que muitas vezes os professores não se encontram, não há um horário específico para que ocorra essa “multiplicação”, por conta de jornadas com horários diferentes.

Mas, além das formações oferecidas pela própria Rede Municipal, há aquelas em que o professor de língua Inglesa realiza por conta própria. Há um convênio da Rede Municipal de Ensino com a Cultura Inglesa para a formação continuada para professores de Inglês. O objetivo é promover o aprimoramento do ensino de inglês nas escolas municipais, melhorando a habilidade linguística dos professores e, consequentemente a qualidade do ensino para os alunos. As bolsas são oferecidas para professores efetivos e professores com dupla licenciatura que estejam ministrando aulas de inglês. O problema é que atualmente há muitos contratados

na rede e que não são contemplados com as bolsas ou quaisquer outros benefícios de formação continuada.

Além disso, apesar de ser um curso ofertado pela Rede Municipal, ele não entra como curso válidos para fins de evolução funcional. Ou seja, o professor estuda, tem sua formação garantida dentro de sua área de atuação, mas não há ganho pecuniário como outros cursos que ele poderia realizar.

RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLÓGICOS

Quando o assunto é material didático, pensa-se em livro didático. Nesse quesito a esfera federal regula a oferta de materiais didáticos através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que oferece acesso gratuito a livros didáticos a todas as escolas públicas no país. Para ter acesso, o professor deve acessar o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou enviar via Correios a solicitação dos seus livros, após tê-los escolhido entre os títulos constantes de uma lista previamente aprovada pelo MEC. Desde 2011, a língua inglesa está contemplada no PNLD e os principais livros de inglês utilizados, segundo os gestores públicos, de acordo com estudo do British Council (2016), são: "English for All", "Globetrekker", "On Stage", "Prime", "Take Over" e "Upgrade".

De acordo com a Portaria 5361/11, em seu parágrafo 2º a Secretaria Municipal de Educação oferecerá orientações curriculares próprias para cada ano do ciclo, além de indicar a aquisição de títulos de livros paradidáticos, jogos, CDs e brinquedos que favoreçam a aprendizagem da língua inglesa.

Como professora da Rede Municipal pude observar em primeira mão que no momento da instituição do ensino de Língua Inglesa no Ensino Fundamental I, houve um investimento em livros didáticos e paradidáticos em língua inglesa e com tradução em língua portuguesa. Permitindo, dessa forma, que os professores trabalhassem livremente e de forma que os alunos pudessem o direito de brincar presente no Currículo da Cidade.

Em seu estudo no ano de 2016 o British Council observou que:

Segundo os professores de inglês, os recursos didáticos têm uma relevância maior no ensino de sua disciplina do que em outras matérias. Na opinião desses docentes, o inglês é uma disciplina que requer mais atividades lúdicas, coletivas e interativas para gerar engajamento dos alunos e envolvimento prático com a língua. Por isso, os recursos didáticos, especialmente os tecnológicos, são a principal demanda dos professores. 81% dos professores afirmam que a maior dificuldade enfrentada em sala de aula é a falta ou a inadequação dos materiais didáticos. Muitos professores relatam a escassez de materiais tecnológicos e/ou complementares como aparelhos de som, projetores. (BRITISH COUNCIL, 2016 p.15).

Mas, lembremos que esse estudo data de 2016 e que após a Pandemia de Covid 19 em 2020, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo, disponibilizou em cada sala de aula os seguintes recursos tecnológicos: um desktop com acesso à internet, projetor multimídia, caixa de som e tela de projeção.

Ainda, disponibilizou computadores para professores efetivos em regime de comodato e, para os alunos matriculados naquele ano distribui tabletes para que os alunos pudessem realizar, remotamente, as atividades disponibilizadas na plataforma Google Sala de Aula.

No início do ano de 2024, os alunos receberam os Cadernos de Saberes e Aprendizagens – Língua Inglesa. Um livro com sequências didáticas, elaboradas por professores da Rede e que fazem parte da equipe técnica da SME. Além disso, as sequências didáticas contemplam as quatros habilidades: Writing (escrever), Reading (ler), speaking (falar), listening (ouvir) e estão em consonância com as diretrizes do Currículo da Cidade.

Pelo exposto acima pode-se perceber que a Rede Municipal tenta fechar a lacuna no que se refere aos materiais didáticos e tecnológicos, mas devemos ter em mente que a tecnologia se torna obsoleta com o passar do tempo. Portanto, a pergunta que fazemos é: Quando esses recursos serão atualizados?

AVALIAÇÃO E RESULTADOS

De acordo com estudo do British Council (2016)

Não existem indicadores para o ensino da língua inglesa, como fazem o IDEB e o SAEB para o ensino de português e matemática. Isso reforça a baixa importância conferida à língua estrangeira dentro da grade curricular e torna mais difícil acompanhar a qualidade da oferta e gerar estratégias comuns para melhorar o seu aprendizado. (BRITISH COUNCIL, 2016 p.8)

Mas, mesmo que houvesse alguma avaliação externa, a Portaria 5361/11 em seu parágrafo quatro afirma que:

Art. 4º - A avaliação do rendimento dos alunos em Língua Inglesa em todos os anos do Ciclo I será contínua, mediante atribuição de conceitos semestrais, visando auferir o seu aprendizado. Parágrafo Único: A atribuição de conceitos não será considerada para fins de promoção ou retenção do aluno.

Os conceitos mencionados acima são:

P (plenamente satisfatório), S (satisfatório) e NS (não satisfatório) para os alunos do ciclo de Alfabetização, que compreende primeira, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental I. No ciclo de Interdisciplinar, que compreende quarto e quinto ano do Ensino Fundamental I e sexto ano do Ensino Fundamental II, os conceitos vão de zero a dez.

A avaliação das aprendizagens no Ensino de Língua Inglesa é feita exclusivamente pelos professores, sem avaliações externas, como mencionado anteriormente. Elas seguem as diretrizes elencadas no Currículo da Cidade, como vemos a seguir:

Compreendemos a avaliação como um ato pedagógico, que subsidia as decisões do professor, permite acompanhar a progressão das aprendizagens, compreender de que forma se efetivam e propor reflexões sobre o próprio processo de ensino. A avaliação concebida como parte integrante do processo de ensino fornece elementos para o professor traçar a sua trajetória de trabalho, por meio do planejamento e replanejamento contínuo das atividades, uma vez identificados os conhecimentos que os estudantes já possuem e suas dificuldades de aprendizagem. (SÃO PAULO, 2019 p.55).

Ainda, no que concerne à avalição das aprendizagens do Ensino para todas as disciplinas o Currículo da Cidade considera três tipos de avaliação, como podemos ver no quadro abaixo:

QUADRO 1: TIPOS DE FUNÇÃO AVALIATIVA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Características	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	AVALIAÇÃO CUMULATIVA	AVALIAÇÃO FORMATIVA
OBJETIVO	Levantar os conhecimentos prévios dos estudantes	Verificar o que os estudantes aprenderam	Acompanhar as aprendizagens dos estudantes
TEMPO	Antes de iniciar um novo objeto de conhecimento	Ao final do trabalho realizado	Durante o desenvolvimento do objeto de conhecimento
FUNÇÃO	Levantar dados para o planejamento do ensino	Verificar se há necessidade de retomada ou não do objeto de conhecimento	Ajustar as atividades de ensino e o processo de aprendizagem

Retirado de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental Língua Inglesa. São Paulo: SME/COPED, 2017.

Mas, para além do Currículo da Cidade, temos a avaliação sob a ótica do Ensino de Língua Inglesa. Donnini (2010) afirma que em inglês usamos duas palavras para falar de avaliação: assessment e evaluation.

Assessment diz respeito à coleta de dados (antes, durante ou ao final de um determinado período) que serão interpretados para que se possa fazer a avaliação (evaluation) de um dado fenômeno: o desempenho dos estudantes, a atuação de um professor, a eficiência de um programa ou currículo, a situação de um sistema de ensino, entre outros. (DONNINI, 2010 p. 76)

Sendo assim, os critérios de avaliação do Currículo da Cidade comunicam-se com as avaliações das aprendizagens no Ensino de Língua Inglesa.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Instituir o Ensino de Língua Inglesa no Ensino Fundamental I, em uma das maiores cidades do país foi uma conquista. E, como qualquer conquista, ela deve ser comemorada pelas crianças, pelas famílias e por professores. Afinal, além de uma conquista é um direito adquirido e não há como retirá-lo.

Mas, apesar da conquista, tem-se de olhar para o futuro e enxergar as oportunidades que surgem como, por exemplo, adequar os cursos de formação de professores, para que haja na grade curricular uma formação pensada para os futuros professores de Língua Inglesa voltada para crianças.

Muitos professores não tem o conhecimento pedagógico das infâncias e se perdem no momento de encarar uma sala de aula com 25 alunos de seis anos de idade, com as demandas características dessa faixa etária e as outras do Ensino Fundamental 1.

Como afirma Kataoka (2012):

Pode-se considerar que ainda é necessário, dentre tantas outras questões, de vontade política, de professores bem preparados, reestruturação e adequação dos cursos de letras, com formação específica para o ensino de língua estrangeira voltada para crianças, além de material adequado e disponível aos professores principalmente na Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. (KATAOKA, 2012 p.34)

Como a autora menciona A Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo, gostaria de fazer um adendo. No ano de 2022, o Ensino de Língua Inglesa, também, foi instituído nas escolas do Estado de São Paulo que possuem Ensino Fundamental 1.

Quanto aos desafios, podemos citar, novamente, o estudo do British Council (2015 p.10) como visto, muitos dos problemas enfrentados pelo ensino do inglês são comuns a todas as disciplinas, pois se referem a dificuldades do próprio sistema público de ensino, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Sobre os problemas mencionados podemos citar: a vulnerabilidade social, pois muitas escolas municipais localizam-se em regiões periféricas, com histórico de violência, falta de segurança. Turmas grandes e heterogêneas, no caso de ensino de Língua Inglesa, alunos com diferentes níveis de conhecimento da língua dificultam a interatividade e o planejamento das aulas.

E, por fim, as condições de contratação e salários baixos. Apesar de haver um plano de carreira na Rede Municipal, há muitos professores contratados que não usufruem dos mesmos direitos dos professores efetivos.

Apesar do trabalho versar sobre o Ensino de Língua Inglesa, gostaria de citar, mais uma vez o estudo do British Council (2015):

Como visto, muitos dos problemas enfrentados pelo ensino do inglês são comuns a todas as disciplinas, pois se referem a dificuldades do próprio sistema público de ensino, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Durante a pesquisa, foi preciso traçar com cuidado a diferença entre essas dimensões. Com isso, ficou claro que a melhoria do sistema público requer ações conjuntas por parte das diversas instâncias e atores que participam do sistema, especialmente a integração entre as secretarias estaduais e municipais e os gestores e professores das escolas. (BRITISH COUNCIL, 2015 p. 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o mundo, crianças começam a aprender uma língua estrangeira cada vez mais cedo. Seguindo essa tendência, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo institui em 2012 o Ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, atendendo crianças a partir dos seis anos de idade.

Depois de doze anos pode-se perceber que, apesar dessa conquista, ainda há muito a ser feito, como visto no item anterior. Mas a título de consideração final, gostaria de lembrar que nesses doze anos os direitos de aprendizagem dos alunos da Rede Municipal se fazem valer no cotidiano da escola.

Seus direitos de se perceberem cidadãos num mundo de constante mudança, plurilíngue e vivenciar, por meio de situações de aprendizagem significativas, experiências linguísticas e culturais e ter sua curiosidade estimulada, ampliar o autoconhecimento.

Como professora da Rede Municipal tenho plena consciência de que o caminho para uma educação de qualidade para os alunos passa por professores qualificados, que tem em mente que a educação se dá pela interação e respeito pelas pessoas. E que esse respeito passa pela valorização dos profissionais da educação, seja de língua inglesa ou não e pelo conhecimento dos nossos educandos e educandas.

REFERÊNCIAS

BRITISH COUNCIL. O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira Elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/estudo_oensinodoinglesnaeducacaopublic abrasileira.pdf. Acesso em 15 jul. 2024.

KATAOKA, Ester da Silva. O Ensino de Língua Estrangeira na Educação Brasileira.

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Disponível em:

https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/ POS_GRADUA%C3%87%C3%83O/ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O/Forma%C3%A7% C3%A3o_de_Professores_%C3%8Anfase_Ensino_Superior/Produ%C3%A7%C3%B5es/201 2/ESTER_DA_SILVA_KATAOKA.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO PAULO (SP). Portaria 5361/11 - SME de 04 de novembro de 2011. Institui o Programa Língua Inglesa no Ciclo I nas escolas da rede municipal de ensino que mantêm o ensino fundamental e dá outras providências. Disponível em:

https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-educacao-5361-de5-de-novembro-de-2011/consolidado. Acesso em 15 jul. 2024.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Divisão de Ensino Fundamental e Médio. Direitos de Aprendizagem dos Ciclos Interdisciplinar e Autoral: Língua Inglesa. São Paulo: SME/COPED, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental Língua Inglesa. São Paulo: SME/COPED, 2017.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Caderno da cidade: saberes e aprendizagens: Língua Inglesa – 1º ano. – São Paulo: SME / COPED,

2024. Disponível em: https://curriculo.sme.prefeitura.sp.gov.br/assets/1ano_CCSA_LI_est_web.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

DONNINI, Lívia. Ensino de Língua Inglesa. São Paulo: Cengage Learning, 2010.